

A guerra e as mudanças sociais recentes em Moçambique (1986-1992): cenários para o futuro*

Colin Darch**

* Trabalho apresentado ao II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, São Paulo, 4-7 de agosto de 1992. Recebido para publicação em outubro de 1992.

** Diretor da Biblioteca Central da Universidade do Cabo Ocidental, África do Sul.

Este trabalho apresenta duas teses sobre a atual situação econômica e militar de Moçambique.¹ De forma esquemática, a primeira defende que a prolongada luta política e ideológica entre o regime moçambicano, declaradamente marxista, e a África do Sul, especialmente a partir de 1980, atingiu seu ponto culminante em outubro de 1986, tendo por resultado um revés decisivo para o projeto radical do governo da Frelimo. De acordo com essa perspectiva, o governo moçambicano nunca mais conseguiu se recuperar após esse revés, que mudou a agenda política do país para sempre.

A segunda tese defende que Moçambique neste momento se apresenta face a uma outra conjuntura, segundo a qual a natureza da guerra contra a Renamo está mudando de uma estratégia principalmente de destruição das zonas rurais para um avanço também sobre as cidades. Essa alteração começa a ameaçar o tecido social urbano, assim como o rural. Um colapso total da coesão social – semelhante ao que acabou de ocorrer na Libéria e na Somália

– parece ser, se não provável, ao menos possível.

Na última seção deste trabalho, retornamos a esse e outros cenários. Obviamente, temos que lembrar que, no que diz respeito à segunda proposição, trata-se de uma tentativa de compreender uma situação atualmente não definida.

Para entender melhor as características da crise política e ideológica de outubro de 1986, seria útil apresentar os pressupostos desta análise. Desses, o primeiro é que a Frelimo teria herdado um sistema capitalista colonial que estava já próximo da falência, conseguindo em pouco tempo, porém, através de uma combinação de populismo e boa sorte, começar a sua recuperação. A segunda é que, devido à forma da ocupação do espaço político pela Frelimo, outros projetos nacionalistas legítimos foram excluídos e forçados a fazer causa comum com interesses que eram opostos à própria independência moçambicana. A partir dessa mistura explosiva de oportunismo marginalizado e nacionalismo conservador, primeiro a Rodésia

e depois a África do Sul criaram e desencadearam a Renamo.

Isso não é negar que o fenômeno da Renamo tenha a sua própria dinâmica interna, mas insistir na importância da sua contextualização na região da África Austral, não apenas como um movimento local moçambicano. Alguns trabalhos recentes sobre a Renamo têm mostrado uma tendência para rejeitar o significado dessa origem externa. Mas, como outro analista tem afirmado com vigor, não existe nenhuma explicação única, linear e simples.²

MOÇAMBIQUE NA ÉPOCA DA INDEPENDÊNCIA: A CRISE DO CAPITALISMO COLONIAL

Dez ou 15 anos atrás era comum, nas análises da esquerda acadêmica sobre o processo que resultou na independência moçambicana, afirmar que um dos fatores determinantes da prolongada guerra de libertação nacional empreendida pela Frelimo contra os portugueses foi a chamada “crise do capitalismo colonial”.³ Na década de 1960, para o movimento nacionalista moçambicano a opção de descolonização pacífica foi negada, principalmente devido à debilidade do capital português, que era incapaz de conceituar ou implementar mecanismos “neocolonialistas” capazes de constituírem alternativas a um controle político direto.⁴ As colônias eram vistas pelos portugueses como fonte de matéria-prima, tal como o algodão para a indústria têxtil portuguesa, que se tornara o combustível para um processo de “acumulação primitiva” na metrópole. Acrescenta-se a isso a exportação para as colônias africanas de um campesinato semiproletariado e excedente em Portugal que assumiria o papel de uma pequena burguesia colonial tanto urbana como rural, em substituição aos mestiços assimilados que tinham essa função desde o século XIX (Penvenne, citado por Vail, 1989, p. 255-88).

De forma isolada, o economicamente frágil Portugal era incapaz de resistir ou se organizar contra as guerras de libertação desencadeadas pelos movimentos nacionalistas em Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. O regime até aquele momento isolacionista de Salazar foi forçado a buscar a assistência da Otan (assistência que fora sempre e até hoje continuamente negada por ambos os lados). Uma série de acordos não-escritos foi lançada: acesso para a força aérea norte-americana reabastecer nos Açores e a abertura da economia portuguesa para os investidores externos. O período de 1964-1965 marcou o fim do nacionalismo econômico, que tinha sido até aquele momento uma característica marcante do fascismo português. Esses acontecimentos tiveram um efeito profundo na percepção do inimigo pela Frente de Libertação de Moçambique, que começou a vê-lo não apenas no colonialismo português, mas também na vasta rede de alianças no mundo industrializado que o sustentava.

Com o progresso da guerra de libertação, a Frelimo passava a enfrentar o problema de administrar os territórios de onde as autoridades coloniais portuguesas haviam sido expulsas. Muitas das obras escritas sobre o assunto nas décadas de 1960 e 1970 aparecem hoje, nos anos noventa, como sendo triunfalistas, mesmo românticas. As tão chamadas “zonas liberadas” e “zonas semiliberadas” eram num determinado momento até consideradas, com grande otimismo revolucionário, como o modelo para a futura estrutura do Estado moçambicano.⁵ Poucos analistas agora aceitam que as zonas liberadas tinham qualquer semelhança com as idealizações da propaganda do movimento de libertação e dos seus colaboradores no início dos anos setenta. Mas o importante é reter pelo menos um entendimento que surgiu na época e que abasteceu a luta armada a partir de 1969, tendo uma relação direta com o comportamento político da Frelimo após a independência.

No final da década de sessenta, as Forças Armadas de Portugal começaram a tomar a iniciativa e a empurrar a Frelimo de volta à fronteira tanzaniana, por onde ela havia se infiltrado. A Frelimo contou com o apoio do campesinato local para o transporte de armas e munições, para o cultivo de alimentos, para proporcionar cobertura e para obter informações sobre a movimentação das tropas portuguesas. Mas, uma vez que a ala não-militar da Frelimo era constituída por homens tradicionalistas, ideologicamente tribalistas, com pretensões capitalistas – protagonizada por Lazaro N'Kavandame, que buscava simplesmente a troca da exploração pelo homem branco por uma outra forma de exploração pelo homem negro –, o camponês foi compreensivelmente perdendo seu interesse pela luta.

Dessa forma, a Frelimo chegou a entender que uma insurreição baseada no campesinato precisava, por razões práticas, realizar uma revolução social, bem como lutar pela independência nacional. A partir dessa percepção da necessidade de um programa social, cresceram a impaciência *dirigista* dos líderes da Frelimo com a oposição e a sua inclinação de excluir todas as demais propostas nacionalistas do espaço político.

No período imediatamente anterior à independência, o capital mineiro sul-africano dominava o sul do Save, região austral do país, não por uma presença física, mas através de um processo de trabalho migratório. A produção agrícola chegou a um pobre segundo lugar, com o valor da produção das machambas [plantações] de colonos equivalente a somente 60% do valor da remessa de dinheiro de mineiros trabalhando na África do Sul. Assim, esse país estava numa posição de fazer chantagem contra Moçambique, usando a presença dos trabalhadores moçambicanos nas minas como uma arma. E o fez, cortando o número de mineiros de 110 mil em 1975, ano de independência, para 40 mil em 1976. Esse tipo de

pressão é repetido dez anos mais tarde, na crise de 1986.

No entanto, embora a Frelimo tenha herdado uma crise, ela não foi inteiramente incapaz de resolvê-la. Até 1977, dois anos após a independência, já tinha conseguido parar o declínio econômico que foi precipitado pelo colapso do governo colonial e pela fuga de mão-de-obra habilitada para a metrópole. De 1977 a 1981, a economia cresceu consistentemente e o volume de exportações aumentou. Em 1981, o PIB moçambicano tinha dobrado em relação ao nível em 1977 e era mais alto do que o anterior à independência (Moçambique, 1985), mas era impossível simplesmente manter a economia, destinada a prover uma diminuta elite colonial de um alto padrão de vida, funcionando da mesma forma pela qual se ordenara até 1975. Politicamente, a Frelimo não tinha outra opção senão tentar satisfazer as aspirações da maioria dos moçambicanos, fazendo uma revolução social.

Este não é o lugar adequado à discussão sobre até que ponto o projeto de modernização lançado em 1980-1981 era possível ou realista. O que é importante reter é que ele reforçou a hostilidade de significativas camadas da sociedade moçambicana para com a Frelimo. Esses setores incluíam a pequena burguesia urbana e os camponeses ricos no campo, muitos dos quais dispunham de convincentes credenciais nacionalistas, em virtude de sua atuação durante o período colonial. Foi no interior dessas camadas sociais, que não tinham nenhuma forma política legítima de expressar sua desaprovação da política governamental, que a Renamo, movimento apoiado pela África do Sul, encontrou seus aliados.

AS ORIGENS DA GUERRA EM MOÇAMBIQUE

Não é questionável que o estilo historicamente autoritário da Frelimo contribuiu para a presente crise política em Moçambique. A im-

posição de um sistema de partido único após a independência, algo geralmente aceito como legítimo na África à época, resultou na exclusão de todas as agendas alternativas do espaço político nacional. Logo, grupos e indivíduos genuinamente nacionalistas, mas conservadores, mostrando-se relutantes em aceitar o programa revolucionário e anticapitalista da Frelimo, foram condenados ao silêncio ou a se unir à organização de natureza puramente *contra*, criada por interesse externo. Os anos seguintes foram devotados à identificação de quem, entre os partidos emergentes – Palmo, Sol e outros –, pertencia a uma ou outra dessas categorias.⁶

Mas a Renamo, ou MNR, é diferente. Ela sempre foi e continua a ser o braço executor das políticas de desestabilização desenvolvidas primeiro pelos rodesianos e depois pelo governo sul-africano, com assistência de interesses de ex-colonos em Portugal. Isso era verdadeiro no início da década de oitenta, permaneceu verdadeiro após a assinatura do Acordo de Nkomati entre Moçambique e África do Sul em março de 1984 e, de acordo com evidências esmagadoras, continua a ser verdadeiro até os presentes dias.

A evidência de que a Renamo foi criada pelos rodesianos e entregue aos controladores sul-africanos em 1980 é agora universalmente aceita (Vines, 1991, p. 15-31). Mesmo o hebdomadário britânico *The Economist*, que não se caracteriza por assumir posições radicais ou progressistas, não tem mais qualquer ilusão acerca da real natureza da Renamo:

A força foi organizada em 1976 pelo antigo regime branco na Rodésia e utilizada contra o regime marxista moçambicano, que abrigara os guerrilheiros negros da Rodésia. Quando a Rodésia se tornou Zimbábue em 1980, a África do Sul assumiu o município e treinamento da Renamo em nome do anticomunismo. Com a ajuda de armas e treinamento sul-africanos, a Rena-

mo destruiu estradas de ferro e comunicações, deixando grande parte do interior de Moçambique sem qualquer governo efetivo. (The Economist, 14.3.92.)

Mais recentemente, todavia, alguns revisionistas buscaram argumentar que a emergência – e, acima de tudo, a sobrevivência – deve-se mais aos erros das políticas da Frelimo, especialmente no setor agrícola – onde o governo tentou impor aldeias comunais, profundamente impopulares, a uma pouco receptiva população –, do que à intervenção estrangeira. (Clarence-Smith *et alii*, 1989-1990). O problema dessa perspectiva é que revela uma incompreensão fundamental de como funciona a desestabilização. A literatura é bastante explícita nesse ponto: o cientista político sul-africano Deon Geldenhuys escreveu, dez anos atrás, que “o desestabilizador será guiado pela vulnerabilidade política, econômica e militar do Estado-alvo”.⁷ É precisamente através da identificação de ressentimentos existentes, e em seguida construindo uma agitação em torno desses ressentimentos até que eles se tornem fontes maiores de descontentamento, que o que Marcelino dos Santos chamou “fraquezas secundárias” se tornou “erros fundamentais”. Afinal, nos anos setenta, a vizinha Tanzânia também manteve uma impopular política de “aldeias *ujamas*”, mas ela não conduziu a uma guerra civil.

Por volta de 1984, Moçambique estava se enfraquecendo. Em março desse ano, em grande cerimonia, Samora Machel e P. W. Botha, então presidente da África do Sul, assinaram o Acordo de Nkomati. Em julho, com total conhecimento do Conselho de Ministros sul-africano, as forças de segurança de Pretória violaram os termos do acordo, ampliando significativamente os suprimentos de armas e alimentos à Renamo. Na mesma ocasião, com o atraso no pagamento da dívida ameaçando, Moçambique foi forçado pelos seus credores a iniciar negociações visando à sua admissão no

Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional. Uma revolução social não estava mais, seriamente, na agenda, mas tampouco estava Moçambique livre de seus problemas.

A CRISE DE 1986 E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Em meados de 1986, a África do Sul enfrentava grave crise interna, precipitada por revoltas nos bairros negros, as *townships*, que haviam se iniciado em 1984, crescendo de intensidade desde então. Em junho de 1986, o governo sul-africano decidiu esmagar a rebelião declarando estado de emergência. Entre as medidas então implementadas, tiveram grande importância as restrições aos relatos de incidentes violentos. Foi contra esse fundo de emergência nacional que o regime de Pretória começou a reagir cada vez mais nervosamente ao que era percebido – ou pretextado enquanto tal – como ameaças externas vindas de seus vizinhos.⁸

A crise de outubro de 1986 marca um momento crucial na história de Moçambique independente. Direta ou indiretamente, ela resultou em ou foi marcada por uma invasão do país pela Renamo a partir do Malawi; pela morte do presidente Samora Machel; pela efetiva expulsão do ANC de Moçambique; e, finalmente e mais decisivamente, pela rápida implementação de nova política econômica, inspirada pelo Banco Mundial e pelo FMI, que criou as condições para a efetiva “recolonização do país” – para utilizar a terminologia de Joe Hanlon – pelo capital estrangeiro (Hanlon, 1991, *passim*).

A crise se originou durante a visita oficial de Samora Machel ao Japão em maio de 1986. Durante entrevista coletiva, Machel acusou publicamente a África do Sul de “usar o Malawi” para desferir ataques contra Moçambique. Excetuando-se alguns comentários anteriores do chefe do Estado Maior, Sebastião Mabote, essa foi a primeira vez que uma acu-

sação direta ao Malawi era feita em tão alto nível pelo governo de Moçambique – e isso causou considerável agitação.

O diretor da AIM, a agência de notícias de Moçambique, descreveu essas observações como “um dos mais importantes ataques ao *apartheid* (...) a questão do Malawi integra-se ao contexto desses ataques”.⁹

Em setembro, Machel e dois dos seus homologos de países da vaga aliança dos Estados da Linha da Frente foram ao Malawi para um encontro com o idoso presidente vitalício Hastings Kamuzu Banda. Machel apresentou a Banda um dossiê, incluindo fotocópias de dois passaportes malawianos expedidos para o importante líder da Renamo Gimo Phiri, que demonstrou a extensão do envolvimento de Lilongwe com a organização rebelde. Machel advertiu Banda que, se o apoio à Renamo não fosse retirado, Moçambique iria fechar sua fronteira, cortando o acesso do Malawi ao porto de Nacala. De volta a Maputo, Machel acrescentou outra ameaça, mais beligerante: Moçambique iria, disse ele, pôr mísseis ao longo da extensa fronteira (Hedges, 1989).

O Malawi respondeu encorajando, ou permitindo, a Renamo a invadir a província da Zambézia, com amparo da África do Sul, por uma maciça força de 12 mil homens, os quais, nas palavras de Hanlon (1991, p. 33), “irromperam pelo Rio Zambeze (...), capturando a maioria das pequenas cidades-sedes de distritos da Zambézia, no nordeste do Tete, e setentrionais Manica e Sofala”. Aparentemente eles visaram às cidades costeiras de Mocuba ou Quelimane, que possuíam campo de aviação. Sua captura teria cortado o país em dois e teria provido um meio direto de transporte aéreo para os suprimentos sul-africanos. Especulava-se na época que a África do Sul poderia reconhecer um governo da Renamo no norte.

No início de outubro, justamente quando a primeira fase da segunda eleição geral unipartidária estava se encerrando, o governo sul-

africano, alarmado por um aumento dos ataques de guerrilheiros do Umkhonto we Sizwe no norte do Transvaal, começou a atacar diretamente o governo de Moçambique.

As ameaças eram inicialmente verbais. O ministro da Defesa, Magnus Malan, disse aos telespectadores sul-africanos que não estava disposto a conversar com o ANC e que sua campanha contra a presença dessa organização em países vizinhos era um “aspecto-chave” na luta contra o “terrorismo” (*Financial Mail*, 3.10.86).¹⁰ Em uma semana, ele ampliou suas ameaças. Após a explosão de uma mina terrestre no norte do Transvaal, Malan acusou Moçambique de desfechar “atividades terroristas” contra a África do Sul e afirmou que Machel havia perdido o controle:

(...) Nkomati e minas terrestres não podem coexistir. Se o presidente Machel escolhe as minas terrestres, a África do Sul irá agir de forma correspondente. (The Guardian, Londres, 8.10.86.)

Outros altos funcionários concordaram:

Moçambique tem que decidir acerca de suas prioridades – os pacíficos lucros do Acordo de Nkomati ou a confrontação com a África do Sul. O governo moçambicano sempre soube que o governo sul-africano vê de forma muito séria qualquer país vizinho permitir a utilização de seu território como base para ataques contra a África do Sul, particularmente pelo ANC. (Ron Miller, citado em The Star, Joanesburgo, 8.10.86.)

No início do mês, os sul-africanos transferiram um esquadrão de caças-bombardeiros e três esquadrões de helicópteros militares para os aeroportos de Nelspruit e Komatipoort, na fronteira moçambicana. Eles ainda transferiram unidades de reconhecimento, infantaria e carros blindados para Komatipoort na mesma ocasião (*The Guardian* Londres, 13.11.86).

Em 9 de outubro os sul-africanos ampliaram ainda mais a pressão, respaldando as ameaças políticas com sanções econômicas, ao anunciar subitamente que iriam parar de contratar trabalhadores moçambicanos para as minas e que os 61.500 moçambicanos então na África do Sul seriam expulsos ao final de seus contratos. As sanções ameaçaram custar a Moçambique entre 90 e 220 milhões de rands por ano.¹¹ Na época, de acordo com dados sul-africanos (SA Bureau for Information), estimava-se que 100 mil moçambicanos estavam em situação regular no país, principalmente nas minas e na agricultura, a que se acrescentavam cerca de 170 mil imigrantes ilegais e 60 mil refugiados (*The Citizen*, Joanesburgo, 9.10.86). O anúncio das contra-sanções, assinado por quatro ministros de Estado – Negócios Estrangeiros, Trabalho, Recursos MINE-rais e Interior –, afirma que

o ANC e o Partido Comunista Sul-Africano são responsáveis pela deterioração da situação de segurança (...) Estes atos foram possibilitados pela infiltração de terroristas entre o grande número de moçambicanos que entram na África do Sul tanto legalmente quanto ilegalmente. Ademais, evidências indicam que membros do serviço de segurança de Moçambique estão envolvidos nesta infiltração em colaboração com o ANC. (The Weekly Mail, Joanesburgo, 9-16.10.86.)

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof Botha, afirmou que a África do Sul “tentou várias vezes” manter cooperação com Moçambique nas questões de segurança, mas o ANC “continuou recebendo apoio, o que permitia o uso do território moçambicano para avançar a sua política de utilização de violência para fins políticos” (*The Citizen*, 9.10.86). Mas os moçambicanos protestaram que nenhuma evidência tinha sido produzida para fundamentar essas acusações de envolvimento no ataque a minas.

A reação internacional à crise foi de mutismo, embora houvesse sinais de preocupação. O embaixador norte-americano em Maputo “deplorou” as ameaças, acrescentando que os Estados Unidos acreditavam que a solução dos problemas regionais deveria ser encontrada mediante negociação. A embaixada britânica achou as ameaças do ministro da Defesa sul-africano “muito preocupantes”. Os países da Linha da Frente declararam abertamente que a África do Sul estava se preparando para a guerra, ampliando o auxílio à Renamo e concentrando tropas ao longo das fronteiras. E, pela primeira vez, esses países admitiram que parte do território havia sido perdido por Moçambique, com a captura de cidades no Tete, Sofala e Zambézia (*The Star*, 13.10.86).

Mas a guerra de palavras estava esquentando. Malan não se aquietaria. Foi relatado que em 10 de outubro ele afirmou que alvos identificáveis e pessoal “permanente”, ou seja, militares, do ANC estavam em Moçambique e poderiam ser “removidos” em futuras incursões sul-africanas.¹² No dia seguinte, o ministro moçambicano de Segurança, coronel Sérgio Vieira, anunciou que uma unidade de “comandos” sul-africana havia sido detectada infiltrando-se no país (*Notícias*, Maputo, 11.10.86). Dois dias depois, um comunicado do governo afirmou que ataques estavam sendo preparados utilizando aviação e unidades de “comandos” já na cidade de Maputo (*Notícias*, 15.10.86).

Em 15 de outubro, Malan voltou ao ataque, afirmando que Moçambique estava “próximo à beira do colapso” (*The Star*, 15.10.86). Um representante da Renamo acrescentou que o governo da Frelimo cairia em seis meses, declarando que o ANC tinha bases perto de Maputo e que o líder do Umkhonto we Sizwe, Joe Slovo, estava dirigindo as operações do ANC a partir dessa cidade (*Die Burger*, Joanesburgo, 15.10.86). Rumores absurdos começaram a aparecer em jornais sul-africanos, asseverando, por exemplo, que dirigentes do

ANC e o próprio presidente Samora Machel haviam fugido para uma ilha próxima à capital, temendo uma invasão pela África do Sul. Neil van Heerden, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, juntou-se à guerra de propaganda, dizendo que seu governo estava preocupado com o fato de que a Frelimo não “parece ser capaz de enfrentar a deterioração das condições de segurança” (*The Citizen*, 16.10.86).

Nesse ínterim, o comitê da Frelimo para a cidade de Maputo começou a fazer preparativos contra a possível agressão sul-africana (*Notícias*, 16.10.86). Em 18 de outubro, a milícia civil desfilou em Maputo num esforço para mobilizar a população e prepará-la para o que viesse a acontecer (*Notícias*, 20.10.86). O governo sul-africano continuou sustentando que Moçambique enfrentava uma crise interna, garantindo que desertores trocavam o Exército moçambicano pela Renamo, levando suas armas consigo. A Renamo poderia até ser capaz de tomar a cidade de Maputo, afiançava Mike Hough, enquanto Malan acrescentava que a Frelimo criaria os seus próprios problemas: “Desde o Acordo de Nkomati nós não damos apoio à Renamo”, garantiu, frente a toda evidência contrária (*Die Burger*, 16.10.86.)

Mas nem todas as declarações vieram inflamar a situação. Num discurso aos fiéis do Partido Nacional em Potgietersrus, o presidente P. W. Botha apontou intencionalmente o papel importante desempenhado pelo porto de Maputo para os fazendeiros do Transvaal e sublinhou o compromisso sul-africano para com o Acordo de Nkomati: “Vamos parar de gritar insultos um para o outro”, disse ele (*The Citizen* e *Die Burger*, 17.10.86, e *Notícias*, 18.10.86). O governo de Malawi também emitiu nota negando que houvesse bases da Renamo em seu solo e expressou sua “amizade” pelo governo moçambicano.¹³

Em 19 e 20 de outubro, segundo fontes confirmadas tanto na própria África do Sul quanto nos países da Linha da Frente, os sul-africanos repentinamente ordenaram um alerta

militar total de 48 horas. Na noite de 19, retornando de uma reunião com líderes dos países da Linha da Frente e o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, o avião do presidente Samora Machel, produzido e pilotado por soviéticos, inesperadamente se desviou em direção a oeste quando da sua aproximação do aeroporto de Maputo e se espatifou em Mbusini, em território sul-africano, matando o presidente e mais de 30 membros de sua delegação. Qualquer envolvimento sul-africano nunca foi provado.

Samora Machel foi sucedido como presidente pelo cauteloso diplomata Joaquim Chissano, ministro do Exterior desde a independência. Antes do fim do ano, seis dirigentes do ANC, incluindo Jacob Zuma, o representante oficial da organização, haviam sido expulsos de Moçambique, conforme solicitação de Pretória (Ellis e Sechaba, 1992, p. 169). No fim de janeiro de 1987, o governo de Chissano implementou o feroz programa de recuperação econômica conhecido por suas iniciais PRE, no padrão do FMI. Os preços foram liberados, a moeda repetidamente desvalorizada, a empresa privada encorajada, as relações com a Igreja Católica arranjadas e educação, saúde e outras áreas da política social efetivamente privatizadas. Esse processo ainda continua. Em 1989 a Frelimo abandonou o marxismo-leninismo formalmente e a Constituição foi alterada para permitir a existência de partidos de oposição. Em julho de 1990, após prolongados contatos preliminares envolvendo líderes de igrejas e os presidentes do Quênia e do Zimbábue, Frelimo e Renamo finalmente se reuniram em Roma para iniciar o que a Frelimo jurava que nunca iria acontecer – negociações diretas para a obtenção de um cessar-fogo e um acordo político com os bandidos armados.

Obviamente, muitos desses desdobramentos teriam se dado mesmo se Samora Machel não tivesse sido morto na crise de outubro de 1986. Mas se pode argumentar que eles acon-

teceram mais rapidamente e com menos resistência da classe política moçambicana. Como resultado disso, aprende-se uma lição objetiva de quão longe o regime sul-africano se dispunha a ir em defesa do *apartheid*.

MUDANÇAS NA NATUREZA DA GUERRA, 1990-1992

Antes de vermos as maneiras como a guerra está mudando, vamos examinar brevemente alguns fatos negligenciados, embora bem documentados e constantes.

O primeiro e mais importante é o papel determinante do suporte exterior da Renamo, por parte da África do Sul. Ainda em novembro de 1990, o ministro sul-africano do Exterior, Roelof "Pik" Botha, admitiu publicamente em uma entrevista coletiva em Maputo que seu governo não poderia garantir que não chegaria à Renamo auxílio partido de solo sul-africano (*Moçambique File*, Maputo, dezembro de 1990, nº 173, p. 23).

Como Ohlson (1991, p. 18) apontou, o apoio sul-africano à Renamo é sub-reportado por várias razões, entre as quais a mais importante é a relutância do governo moçambicano em deixar vir a público qualquer violação do Acordo de Nkomati. Ohlson atribui essa relutância "às negociações de Roma e ao delicado processo interno da África do Sul", mas outros motivos podem ser apontados, não sendo o menos importante o nervosismo moçambicano acerca de uma possível escalada sul-africana segundo as linhas de outubro de 1986.

Muitos analistas situados em diferentes posições do espectro político concordam acerca da permanência do auxílio sul-africano à Renamo. Mesmo a conservadora revista semanal britânica *The Economist* recentemente admitiu que

os sul-africanos dizem (...) que encerraram totalmente a assistência à Renamo. Algumas

evidências sugerem o contrário. É possível que o Exército sul-africano (...) ainda esteja entregando armas e alimentos sem o conhecimento completo dos seus senhores políticos (...) essas provisões podem estar mantendo grupos rebeldes (...) em atividade. (The Economist, 14.3.92.)

Embora o auxílio exterior quase certamente continue, diversos outros fatores se combinaram no final de 1991 para mudar o padrão da luta em Moçambique. O mais importante, indiscutivelmente, é a seca na região, que já persiste há dois anos em partes centrais de Moçambique, especialmente nas províncias de Manica e Sofala.

É difícil superestimar a importância dessa extremamente sub-reportada seca – como Green (1992, p. 3) perguntou num recente *paper*, “onde estão os alarmes estridentes?”. Seja a razão para o baixo número de estudos e relatos importantes, quer a fadiga dos doadores internacionais, ou a falta de interesse pelos desastres africanos em geral, característica do período pós-guerra fria, o essencial é que permanece o fato de que a evidência aponta para uma situação realmente grave.¹⁴

No Sul a sementeira se atrasou por um ou dois meses, de forma que a área plantada é muito menor que a usual. A produção nacional de cereais para a estação de 1992 é estimada em 400 mil toneladas, cerca de 25% das necessidades de Moçambique. Nas palavras da Comissão Executiva Nacional de Emergência (Cene), a “situação agravou-se por temperaturas acima da média. Todo o Moçambique ao sul do Zambézi está sendo seriamente afetado pela seca”.¹⁵

A Cene estimou que as necessidades do país para o período situado entre 1 de maio de 1991 e 30 de abril de 1992 estariam em torno de 800 mil toneladas de cereais e 150 mil toneladas de outros produtos como feijão e óleos vegetais. De acordo com um veterano jornalista, cerca de 500 mil pessoas em Manica e em

Sofala estão sob a ameaça do que ele descreve como “a pior seca na África Austral em mais de 80 anos” (McCullum, 1992).

Em princípios de 1992, estava se tornando claro que os ataques da Renamo a subúrbios periféricos de vilas e cidades em todo o país vinham se ampliando, uma vez que a seca forçava os famintos habitantes do campo a se deslocarem para esses distantes lugares, levando a Renamo com eles. Entretanto, bairros densamente povoados como T-3, Unidade D e Singatela, em Maputo, ou Napipine, em Nampula, onde se localiza a fábrica têxtil Texmoque, tornaram-se a cena onde se dá o que um jornalista moçambicano chamou de “guerra dos quarteirões” (Santos, 1992). A Renamo, o Exército, milicianos armados, a Polícia e criminosos lutam pelo controle e pelo botim (*SouthScan*, 1992a, p. 79, e 1992b, p. 86).

Segundo alguns relatos, no início de 1992 a Renamo virtualmente abandonou o campo nas áreas centrais de Moçambique, fazendo uma viagem rural noturna ser possível pela primeira vez em anos.¹⁶ Jornais locais relatam que grupos da Renamo em Nampula param e revistam veículos e em seguida deixam que retomem seu caminho, em vez de simplesmente queimá-los e assassinar seus ocupantes. Outras – e menos divulgadas – análises mencionam, pela primeira vez fora dos limites da propaganda da ultradireita, os esforços da Renamo em edificar, em áreas fronteiriças com o Malawi, sistemas paralelos de educação e de saúde, adotando, ironicamente, um modelo próximo do exemplo da Frelimo.¹⁷

Em acréscimo, o êxodo rural provocado pela fome, o desemprego em massa e o aumento geral da criminalidade começam a tornar as cidades moçambicanas muito menos seguras do que foram no passado. O diário de Maputo, *Notícias*, vem aumentando o número de reportagens sobre crimes violentos no centro da capital, a chamada “cidade de cimento”. Os notórios *ninjas*, bandos de jovens que atacam e

roubam pedestres à noite, são um exemplo desse fenômeno.

Mas é o aumento da criminalidade e do desemprego suficiente para provocar um colapso total da estrutura social das cidades moçambicanas? Será o prolongado processo de negociação de paz, já olhado com considerável cinismo pela população urbana de Moçambique, capaz de produzir resultados – um cessar-fogo, um acerto político, talvez eleições – a tempo de parar ou mesmo reverter o processo de decomposição social?

CENÁRIOS PARA O FUTURO

Essas perguntas provocam outras. Quais são as perspectivas imediatas e a médio prazo de paz em Moçambique, dado que parece improvável que a guerra termine logo, através de uma paz negociada ou uma decisiva vitória militar para um ou outro lado? A pré-condição óbvia é a negociação de um cessar-fogo entre a Frelimo e a Renamo, mas mesmo então não é certo que os combates terão um fim. A capacidade da liderança da Renamo em controlar suas forças em todo o país de forma alguma ficou comprovada.

Mesmo na ausência de novos combates, a menos que um sistema político funcione e um programa de recuperação econômica e social seja rapidamente estabelecido, as perspectivas imediatas para a maioria dos moçambicanos permanecerão desalentadoras. Segundo uma estimativa altamente otimista feita pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, somente transportar e reassentar os deslocados e os refugiados não custaria menos que US\$ 100 milhões (citado em Davies, 1991, p. 8). Mas o estabelecimento de um sistema político que funcione num país que já é efetivamente dirigido por agências de ajuda humanitária e doadores multilaterais não é uma tarefa fácil. A perda de soberania, implícita no controle da formulação de políticas, não so-

mente pelas relativamente altruísticas agências de cooperação, mas pelo próprio capital estrangeiro, irá provavelmente resultar num alto nível de satisfação com qualquer sistema, ainda que pluralista, que teria que operar num espaço político extremamente estreito (sobre isso, Hanlon, 1991, *passim*, mostra como o processo de *recolonização* já está bem avançado).

No futuro imediato, parece que há três possíveis cenários, que serão delineados em seguida. Eles serão, é óbvio, profundamente condicionados pelo processo político em curso na África do Sul. Na eventualidade da ascensão ao poder de um regime democrático na África do Sul capaz de controlar e desarmar as forças de segurança, que são (no mínimo) diretamente responsáveis pelo contínuo suporte à Renamo, as perspectivas para uma solução negociada em Moçambique tendem imediatamente a crescer, ao menos devido às dificuldades logísticas que outras fontes de auxílio – como os “espoliados” portugueses – irão encontrar.

1 – *O cenário somali. Não se chega a um cessar-fogo e a guerra continua. Uma combinação de guerra de baixa intensidade e severa seca conduz a um colapso do governo nas vilas e cidades assim como em áreas rurais. Agências de ajuda humanitária são incapazes de operar em condições de baixa segurança e há ameaça de fome em massa. Senhores da guerra provinciais emergem e começam a disputar o controle local.*

Davies (1991, especialmente p. 8-11) argumentou que esse cenário – que poderia mesmo incluir o desaparecimento do poder central em Maputo – ameaçaria seriamente o já vulnerável “sentido de identidade nacional” de Moçambique. A emergência dos senhores da guerra poderá ainda ser encorajada se a Frelimo decidir avançar com eleições multipartidárias sem um prévio cessar-fogo. Se o governo, visto por muitos como “o go-

verno do Sul”, perder a eleição para um terceiro partido, ou coligação de terceiros partidos, os conflitos “étnicos” poderão vir a exacerbar-se.¹⁸

Com o abandono de qualquer pretensão de manutenção do projeto igualitário original da Frelimo, a luta pela integração à minoria privilegiada se intensificou. Isso levou à emergência, por exemplo, de partidos políticos com programas explicitamente racistas ou regionalistas. Na ausência de qualquer padrão preexistente do que seria um comportamento aceitável numa sociedade capitalista, roubo e corrupção são endêmicos. Políticos desavergonhadamente utilizam suas posições para ampliar suas riquezas.¹⁹

Uma continuação da guerra, com o conseqüente – e quase inevitável – colapso da autoridade central, teria conseqüências para toda a região da África Austral. Isso incluiria uma adicional ampliação do número de refugiados (de 1,5 milhão) que já atravessou a fronteira moçambicana em direção aos países vizinhos; e mais desestabilização dentro da própria África do Sul.

2 – Um golpe de Estado. *Contra a liderança de Chissano, por elementos favoráveis a um esforço para vencer a guerra através de meios militares.*

Já existem indicações de que a liderança civil da Frelimo não possui um controle seguro sobre as Forças Armadas, que são popularmente vistas como corruptas e pouco dispostas a lutar. O governo vem se mostrando incapaz de eliminar a corrupção militar, apesar de ela ser objeto de discussão pública pelo menos desde a época da preparação do V Congresso, em 1989. Uma reunião do Comitê Central da Frelimo, ocorrida em março de 1992, criticou severamente o Exército, enfatizando a necessidade de “aperfeiçoar a administração, a disciplina e o controle”, e pediu uma intervenção direta do governo. Foi ainda sugerido nessa

época que a pasta da Defesa deveria ser entregue a um civil (*SouthScan*, 1992c, p. 93).

Além disso, o líder da delegação moçambicana nas negociações com a Renamo na Itália, Armando Guebuza, declarou publicamente no início do ano que a “Renamo ainda não desistiu de sua intenção de alcançar o poder por meios militares”.

O presidente Chissano não tem o mesmo estreito relacionamento com o Exército que tinha o seu predecessor. Ele não foi um líder guerrilheiro e suas tentativas de cortar parte do orçamento das Forças Armadas e controlar a corrupção renderam-lhe inimigos, como demonstrou o fracassado golpe de junho de 1991 (*Mozambique File*, julho de 1991, “Coup. plotters arrested”). Uma segunda tentativa de derrubada de Chissano, um sulista, por oficiais do Exército descontentes, embora imprevisível, não parece improvável.

3 – Uma variação do cenário angolano de Bicesse. *Um cessar-fogo negociado, patrocinado pelos portugueses, acarretando numa paz localizada e talvez em algum tipo de partilha de poder entre a Frelimo e a Renamo. Os investimentos portugueses começam então a retornar.*

Há fortes indicações de que o governo português deseja que as negociações passem a ser realizadas em Lisboa, embora formalmente isso seja negado. Certamente a poderosa “associação de espoliados”, formada por ex-colonos portugueses que fugiram de Moçambique, está exercendo pressão na tentativa de mudar o local de negociações, através da delegação da Renamo, e talvez por outros recursos, para também assegurar que seus interesses não serão esquecidos (que incluem fábricas, imóveis, aposentadorias e até contas bancárias que foram abandonadas). Segundo algumas fontes, certos membros da Renamo temem que o retardamento de uma solução sobre “os espólios” irá beneficiar somente aqueles que já participam do processo político.

O resultado de qualquer um desses cenários será a inviabilidade de um projeto imediato para atender às pessoas que sofrem com a guerra e com a seca num Moçambique já devastado. Isso é importante para aqueles que continuam a acreditar que a agenda pós-inde-

pendente da Frelimo era legítima e realizável, e continuam a tentar entender a natureza real do processo que acarretou na atual situação. Todavia, não atende àqueles que sonham com o “fim da história” ou a vitória final do liberalismo do Primeiro Mundo.

NOTAS

1. Além das fontes a seguir citadas, esta análise se baseia numa experiência pessoal de oito anos (1979-1987) de trabalho acadêmico no Centro de Estudos Africanos de Maputo; quatro anos (1987-1990) no Southern African Research and Documentation Centre (SARDC), no Zimbábue; e de 1990 a 1991 no SAPES Trust.
2. O livro recém-editado de Alex Vines (1991, p. 1) afirma abertamente que “as antigas acusações sobre a desestabilização sul-africana não mantiveram a sua credibilidade face às reformas atuais na África do Sul (...)”. Mas o jornalista norte-americano William Finnegan (1992) mostra uma humildade gratificante. Seu novo livro assumidamente se intitula *Uma guerra complicada*.
3. O argumento aqui apresentado segue as idéias do economista belga Marc Wuyts (1980), especialmente seu artigo “Economia política do colonialismo português em Moçambique”.
4. A versão mais desenvolvida desse argumento na época era de Anderson, 1966.
5. Pesquisas importantes mas ainda não divulgadas foram levadas a cabo pelo historiador moçambicano José Guilherme Negrão no Arquivo Histórico de Moçambique, em meados dos anos oitenta, sobre a economia política das zonas liberadas e seu relacionamento simbiótico com os aldeamentos e com as comunidades refugiadas em países vizinhos.
6. Por exemplo, Domingos Arouca, advogado negro que, baseado em Lisboa, dirige o pequeno partido conservador Fumo, afirma ter passado mais tempo em cárceres portugueses durante o período colonial do que qualquer outro ativista. Isso pode ser verdade; é também verdade que ele está exilado desde meados dos anos setenta e esteve em estreito contato com Arturo Vilanculos, suposto ex-representante da Renamo nos Estados Unidos.
7. *Southern African Forum Position Paper*. Joanesburgo, 5(18), citado por Hanlon, 1991, p. 5.
8. Este não é o lugar para discutir a questão da política regional da África do Sul e a desestabilização nos anos oitenta, sobre a qual existe extensa literatura. Para uma recente síntese, ver Johnson e Martin, 1989.
9. *Summary of World Broadcasts*. Londres, nº ME /8278, p. ii, de 6 de junho de 1986.
10. Agradeço a Rob Davies (Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape) por esta e várias outras das referências que se seguem.
11. Conforme diferentes fontes. O central Cosatu e o sindicato mineiro NUM afirmaram que iriam atuar em apoio aos moçambicanos, que eram considerados “parte integrante da classe trabalhadora (da África do Sul)”. *Notícias*, 10.10.86).
12. Os “permanentes”, ele garantiu, eram responsáveis por ataques no Transvaal oriental. *The Citizen*, 10.10.86.
13. Ver: “Statement by the Embassy of Malawi to the US to accredited diplomatic missions in Washington DC on Renamo relationship, 17 October 1986”. *Southern African Record*. Braamfontein, (46):75.
14. Sobre a marginalização pós-guerra fria do Terceiro Mundo, e sobretudo a África, ver Rufin, 1992.

15. CENE. *Alert on drought in Mozambique* (em inglês). Maputo, 16 de março de 1992. Esse apelo veio a público bastante tardiamente na crise da seca, alegadamente em resposta à ameaça do Malawi de remeter de volta para Moçambique um número estimado em 1,1 milhão de refugiados moçambicanos. Não está claro se isso representa outro exemplo de paralisia burocrática ou se haveria outros motivos para o atraso.
16. “Você pode agora dirigir de Beira até Chimoio à noite sem problemas”, disseram-me em Maputo em março de 1992 (comunicação particular).
17. Pesquisas importantes têm sido feitas sobre esses acontecimentos pelo Dr. Ken Wilson, do Refugee Studies Programme, Universidade de Oxford, Inglaterra.
18. Argumentei em 1989 que *naquela ocasião* não havia senhores da guerra em Moçambique. Uma das teses principais do presente artigo é que essa situação pode estar mudando. Ver Darch, 1989.
19. Para uma lista pormenorizada mas seletiva de escândalos recentes, ver “Allegations of corruption”. *Mozambique File*. Maputo, (188):8-10, março de 1992.

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Perry (1966). *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro, 1966.
- CLARENCE-SMITH, Gervase; CAHEN, Michel; FAUVET, Paul; MINTER, William; ROESCH, Otto (1989-1990). *Southern African Forum Position Paper*. London, Cidade do Cabo, jun-jul 1989, jun-jul 1990.
- DARCH, Colin (1989). “Are there warlords in provincial Mozambique? Questions of the social base of MNR banditry”. *Review of African Political Economy*, nº 45-6.
- DAVIES, Robert (1991). “Implications for Southern Africa of the current impasse in the peace process in Mozambique”. *Southern African Perspective*, nº 9. Centre for Southern African Studies, University of the Western Cape.
- ELLIS, Stephen e SECHABA, Tsepo (1992). *Comrades against apartheid: the ANC and the South African Communist Party in exile*. London.
- FINNEGAN, William (1992). *A complicated war: the harrowing of Mozambique*. Berkeley, Calif., 1992.
- GREEN, R. H. (1992). “Sound the tocsin: the third horseman mounts to ride. Drought in Southern and South Africa, 1991-1993”. S.I.
- HANLON, Joseph (1991). *Mozambique: who calle the shots*. London.
- HEDGES, David (1989). “Notes on Malawi-Mozambique relations, 1961-1987”. *Journal of Southern African Studies*, out., e *Cadernos de História*. Maputo.
- JOHNSON, Phyllis and MARTIN, David (1989). *Apartheid terrorism*. London.
- McCULLUM, Hugh (1992). “Worst drought since 1911 faces Southern Africa”. *Southern Africa New Features*. Harare, fevereiro.
- MOÇAMBIQUE (1985). Direção Nacional de Estatística. *Informação estatística 1975-1984*. Citado em HANLON, 1991, p. 11.
- OHLSON, Thomas (1991). “The new is not yet born: conflict, conflict resolution, security and development in Southern Africa”. Relatório para a ASDI. Uppsala, setembro.

- PENVENNE, Jeanne. "'We are all Portuguese'. Challenging the political economy of assimilation, Lourenço Marques, 1870-1933", in: VAIL, 1989.
- RUFIN, Jean-Christophe (1992). *O império e os novos bárbaros*. Rio de Janeiro.
- SANTOS, Almiro (1992). "A guerra nos quarteiros". *Domingo*. Maputo, 15 de março.
- "SOUTHSCAN" (1992a). "Drought may break stalemate in SA-supported war". London, 13 de março.
- (1992b). "Attacks mount in Maputo's shackland". London, 20 de março.
- (1992c). "Frelimo's military effort slated at key meeting". London, 27 de março.
- VAIL, Leroy (org.) (1989). *The creation of tribalism in Southern Africa*. London, p. 255-88.
- VINES, Alex (1991). *Renamo: terrorism in Mozambique*. London, 1991.
- WUYTS, Marc (1980). "Economia política do colonialismo português em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*. Maputo, (1): 9-22.

SUMMARY

War and recent social changes in Mozambique (1986-1992): scenarios for the future

The article presents two theses on Mozambique's current economic and military situation. In broad terms, the first argues that the prolonged political and ideological struggle between Mozambique's openly Marxist regime and South Africa, especially as of 1980, came to a head in October 1986, bringing a decisive setback for the Frelimo government's radical project. The second thesis contends that Mozambique now finds itself facing another juncture, where the nature of the war against Renamo is shifting from a strategy that seeks mainly to destroy rural zones to one that also targets cities. This change begins to threaten the urban social fabric, as well as the rural.

The immediate future points to three possible scenarios, which are heavily dependent upon the political process underway in South Africa:

1 – **The Somali scenario.** *A cease-fire is not reached and the war continues. A war of attrition combined with severe drought brings down the government in villages and towns as well as in rural areas. Provin-*

cial war lords emerge and begin disputing local control.

2 – **Coup d'état.** *Elements favorable to a drive to win the war by military means stage a coup against Chissano's leadership.*

3 – **A variation of the Angolan scenario of Bicesse.** *A negotiated cease-fire, underwritten by the Portuguese, brings localized peace and perhaps some kind of power-sharing between Frelimo and Renamo. Portuguese investments then begin to return.*

The outcome of any of these scenarios will be the inviability of any immediate project to attend to the people afflicted by war and drought in an already devastated Mozambique. This is important for those who still believe that Frelimo's post-independence agenda was legitimate and achievable, and who are still attempting to understand the real nature of the process that brought the current situation. However, it does not satisfy those who dream of the 'end of history' or the ultimate victory of First-World liberalism.

RÉSUMÉ

La guerre et les changements sociaux récents au Mozambique (1986-1992): scénario pour l'avenir

Cet article présente deux thèses sur l'actuelle situation économique et militaire du Mozambique. La première soutient schématiquement que la lutte éco-

nomique et militaire prolongée entre le régime mozambicain, ouvertement marxiste, et l'Afrique du Sud s'est intensifiée à partir de 1980 et a atteint son point

culminant en 1986. Il en a résulté une défaite décisive du projet radical du gouvernement de la Frelimo.

La deuxième thèse soutient que le Mozambique se trouve en ce moment face à une autre conjoncture. La Renamo est en train de changer de stratégie: après une phase de destruction des zones rurales, elle s'attaque maintenant aux villes. Ce changement commence à menacer le tissu social urbain au même titre que celui des campagnes.

Dans un avenir immédiat il semble que trois scénarios soient possibles. Il sont profondément conditionnés par le processus politique en cours en Afrique du Sud:

1 – Le scénario somalien. *On ne parvient pas à un cessez-le-feu et la guerre continue. Une combinaison de guerre de basse intensité et de sécheresse sévère conduit le gouvernement à un collapsus dans les villages et dans les villes ainsi que dans les zones rurales. Des "seigneurs de la guerre" surgissent dans les provinces et commencent à disputer le contrôle local.*

2 – Un coup d'État. *Contre Chissano fomenté par des éléments favorables à une tentative de gagner la guerre par des moyens militaires.*

3 – Une variation du scénario angolais de Bicesse. *Un cessez-le-feu négocié, sous le patronage des portugais, entraîne une paix localisée et peut-être une sorte de partage du pouvoir entre la Frelimo et la Renamo. Les investissements portugais commencent alors à réapparaître.*

Quel soit le scénario retenu, il aura pour résultat de rendre impossible la réalisation immédiate de tout projet destiné à soulager les personnes qui souffrent de la guerre et de la sécheresse dans un Mozambique déjà dévasté. Ceci est important pour ceux qui continuent à croire que ce que les plans établis par la Frelimo au lendemain de l'Indépendance étaient légitimes et réalisables. Ce sont les mêmes qui essaient de comprendre la réelle nature du processus qui a mené à la situation actuelle. Mais ces conclusions ne satisferont pas ceux qui rêvent de la "fin de l'histoire" ou de la victoire finale du libéralisme du Premier Monde.